



## **Vozes Xakriabá: ações participativas na Nova Cartografia Social como Metodologia Qualitativa<sup>1</sup>**

*Xakriabá Voices: Participatory Actions in the New Social Cartography as a  
Qualitative Methodology*

**Vanessa Ferreira dos Santos<sup>2</sup>**  
**Edith Maria Maia Simões<sup>3</sup>**  
**Cássio Alexandre da Silva<sup>4</sup>**

### **RESUMO:**

O presente artigo tematiza abordagens das ações participativas na Nova Cartografia Social e suas relações e implicações como metodologias qualitativas na terra indígena Xakriabá, localizada em São João das Missões, no norte de Minas Gerais-Brasil. O objetivo é promover a interdisciplinaridade das ações participativas na Nova Cartografia Social enquanto metodologia participativa com vistas a promover um diálogo entre a metodologia qualitativa e as experiências obtidas na Terra Indígena Xakriabá e nas comunidades limítrofes. A Nova Cartografia Social vai além da produção de um mapa, visto que utiliza a participação comunitária. O automapeamento e a autorrepresentação possibilitam destacar a história da comunidade, sua identidade e as dinâmicas de territorialidades. A pesquisa desenvolveu-se a partir da revisão bibliográfica especializada; estudo documental de iconografias em mapas históricos; trabalho de campo com registro fotográfico e registro de narrativas locais e discursos institucionais. No contexto interdisciplinar são apresentadas três “ações participativas”, sendo a primeira com o “reconhecimento do processo histórico”; a segunda com a “instrumentalização da espacialidade em territorialidades” e a última com as “vozes, realidades e experiências vivenciadas”. O estudo revela que a Nova Cartografia Social é um instrumento de autonomia e emancipação que fortalece a voz

---

<sup>1</sup>Apoio FAPEMIG, resultado preliminar de produção acadêmico apresentada no II Encontro Internacional de Metodologias Qualitativas de Pesquisa e/ou Ação-MPQA-Universidade Estadual de Londrina-Londrina-PR, de 14 a 16 de março de 2024.

<sup>2</sup> Acadêmica de Geografia Bacharelado pela Unimontes; [santosdosferreiravanessa@gmail.com](mailto:santosdosferreiravanessa@gmail.com)  
<https://orcid.org/0009-0005-7951-8631>

<sup>3</sup> Acadêmica de Geografia Bacharelado pela Unimontes; [edithmariageo@gmail.com](mailto:edithmariageo@gmail.com)  
<https://orcid.org/0009-0009-3013-4660>

<sup>4</sup> Professor do Departamento de Geociências e PPGEO/UNIMONTES; Doutor em Geografia pela UFU; [cassio.silva@unimontes.br](mailto:cassio.silva@unimontes.br) / <https://orcid.org/0000-0003-1686-1457>



da comunidade na preservação da identidade, formas e soluções diante de conflitos e de resistências.

**Palavras-chave:** ações participativas; nova cartografia social; metodologia qualitativa; terra indígena Xakriabá; identidade.

**ABSTRACT:**

This article addresses participatory actions within the New Social Cartography and their relationships and implications as qualitative methodologies on the Xakriabá Indigenous Land, located in São João das Missões, northern Minas Gerais, Brazil. The aim is to promote the interdisciplinarity of participatory actions in the New Social Cartography as a participatory methodology, with the goal of promoting a dialogue between qualitative methodology and the experiences in the Xakriabá Indigenous Land and surrounding communities. The New Social Cartography extends beyond map production by utilizing community participation. Self-mapping and self-representation highlight the community's history, identity, and territorial dynamics. The research was developed through specialized literature review, documentary study of iconographies in historical maps, fieldwork with photographic records, and documentation of local narratives and institutional discourses. In the interdisciplinary context, three “participatory actions” are presented: the first with “recognition of the historical process”; the second with “instrumentalization of spatiality in territorialities”; and the last with “voices, realities, and lived experiences.” The study reveals that the New Social Cartography is a tool for autonomy and emancipation that strengthens the community's voice in preserving identity, forms, and solutions in the face of conflicts and resistances.

**Keywords:** participatory actions; new social cartography; qualitative methodology; Xakriabá indigenous land; identity.

**Introdução**

“Para interpretar a realidade com esse “novo” olhar teórico, a fenomenologia e a dialética serão as orientações filosóficas que permitirão o uso da pesquisa qualitativa nos trabalhos como reação ao enfoque positivista”, segundo Pessôa (2012, p. 15).

A Pesquisa Qualitativa-PQ é uma abordagem metodológica que tem como características a compreensão dos significados e das experiências do objeto de estudo,



(Brandão, 2006), a partir disso pode-se gerar conhecimento acerca de diferentes aspectos de uma determinada realidade.

Segundo Minayo (2010) as pesquisas qualitativas são aquelas capazes de integrar o significado e a intencionalidade como elementos intrínsecos aos atos, relações e estruturas sociais. Essa abordagem reconhece que o significado implícito às ações humanas, relações sociais e estruturas sociais é essencial para compreender a complexidade e a riqueza da experiência humana.

A Cartografia da Ação Social-CAS é compreendida como proposta teórico-metodológica que se baseia nas trocas de produções científicas, o princípio da produção social e dos conhecimentos relatados, o conceito dessa proposta foi elaborado pela professora Ana Clara Torres Ribeiro, de acordo com Silva (2012). A Cartografia da Ação Social é envolvida pela compreensão de processos de apropriação de território que abrange as lutas, manifestações e toda a trajetória do determinado espaço. Destaca-se que:

Essa cartografia da ação social propõe um exercício: da denúncia que oriente e informe a ação; desvenda contextos e reconheça atos; de valorização imaginativa dos lugares vividos, onde a vida acontece e pode ganhar força reflexiva e transformadora; de análise e sustentação da memória dos outros; da cartografia incompleta que se faz fazendo; de uma cartografia da prática, usável e plástica; de registro de táticas, de práticas da sociedade, de sujeitos inesperados, das resistências e da ação tanto organizada como espontânea (Ribeiro *et al.*, 2001, p. 43-44).

A Nova Cartografia Social-NCS perpassa o significado prevalecente no pragmatismo e tradicionalismo cartográfico, visto que vai além de técnicas de criação de mapas confeccionados e elaborados nos moldes das convenções cartográficas prescritas na cartografia tradicional. Essa concepção cartográfica é um instrumento que busca mostrar o recorte espacial das sociedades elaborado a partir da experiência comunitária, ora subjetiva, ora coletiva. Para (Almeida, 2013):

A força desta distinção rompe com a rigidez do cartografismo histórico, reinterpretando fontes documentais e arquivísticas (Goody 14, Black 15, Cortes 16), e permitindo-nos asseverar que a “nova cartografia social” observa os ditames do rigor científico, incorporando a mobilização dos agentes sociais e suas respectivas formas organizativas e representações do



território, bem como o aspecto extremamente dinâmico do processo de produção cartográfica (Almeida, 2013, p. 159).

A Nova Cartografia Social-NCS configura-se como um instrumento onde a participação da comunidade é o foco e o mapa torna-se elemento central de motivação, reflexão e redescobrimto do território, portanto o método de pesquisa que a envolve é o qualitativo (Acselrad, 2010). Ribeiro e Silva (2022) em seu trabalho demonstram a relevância dos seguintes teóricos que contribuíram para a amplidão dos estudos de Cartografia Social, a saber, o antropólogo Alfredo Wagner Berno de (Almeida 2004) e o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), no referido trabalho diz:

Que contribuíram para a emergência, na década de 1990, da cartografia social, que dá visibilidade a novos sujeitos sociais e a suas lutas territoriais e à importância do mapa como instrumento de visibilidade e reconhecimento político dos territórios tradicionais. A autorrepresentação espacial na cartografia representou importante ferramenta de luta na apropriação – indissociavelmente material e simbólica – do território tornando o trabalho dos pesquisadores fundamental para contribuir no processo de mapeamento participativo (Ribeiro; Silva, 2022, p. 6).

A tríade, “*Pesquisa Qualitativa-PQ; Cartografia da Ação Social-CAS e Nova Cartografia Social-NCS*” apresentam juntas inúmeras possibilidades metodológica e procedimentais entre as relações “sujeito-objeto-ações”. O reconhecimento dos sujeitos/atores como participantes ativos das transformações dos fatos sociais em seus territórios estabelecem um avanço não somente da reflexão do conhecimento, mas como esse conhecimento pode ser reproduzido pelas ações coletivas com participação de seus indivíduos e suas histórias e territorialidades. A Pesquisa Qualitativa-PQ na Geografia como um avanço nas reflexões da fenomenologia; a Cartografia da Ação Social-CAS reconhecendo as realidades dos espaços sociais e suas relações entre sociedade e natureza, e a Nova Cartografia Social-NCS que além de romper paradigmas nas diversas possibilidades da constituição de um mapa, apresenta-nos as “representações de espacialidades” em uma diversidade conforme as ações locais e pontuais de comunidades para além da perspectiva do Estado.

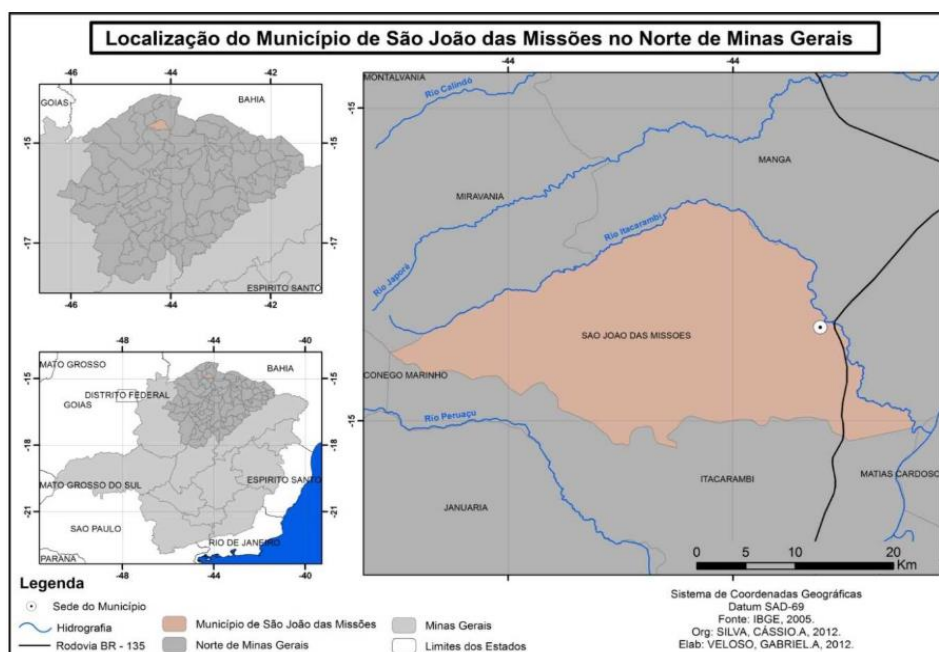


O objetivo é promover a interdisciplinaridade das ações participativas na Nova Cartografia Social-NCS enquanto metodologias\procedimentos participativos com vistas a promover um diálogo entre a metodologia qualitativa e as experiências obtidas na Terra Indígena Xakriabá e nas comunidades limítrofes.

Como muitos outros povos indígenas, os Xakriabá têm uma história marcada por desafios, lutas e conflitos que estão ligados à exploração dos recursos naturais e pressões territoriais, desde o século XVIII.

O recorte socioespacial e temporal retrata-se a partir das representações dos povos indígenas Xakriabá, que pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê, localizados em São João das Missões, no norte do estado de Minas Gerais (figuras 1 e 2), cujos biomas e fitofisionomias são o Cerrado e Caatinga.

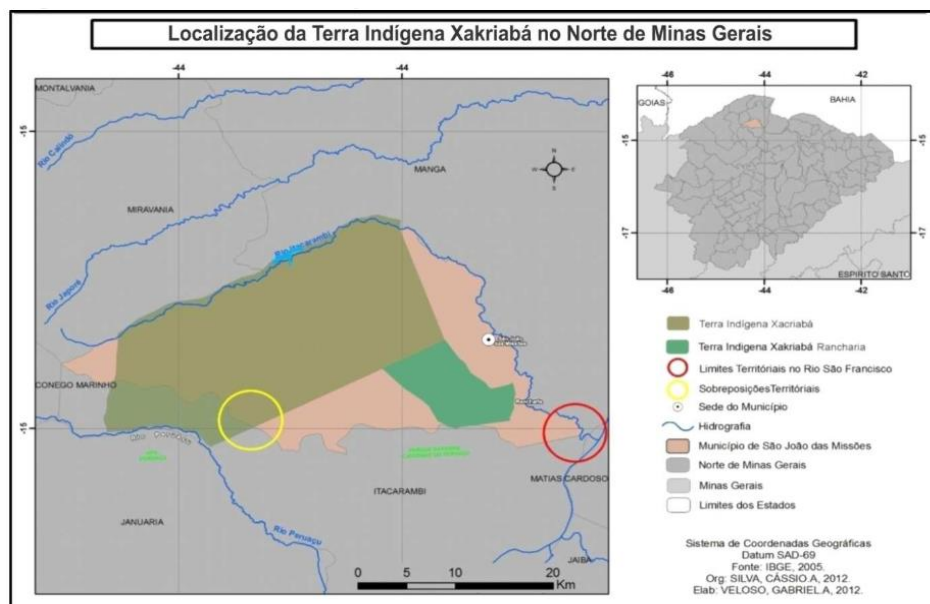
**Figura 1** – Mapa de localização do município São João das Missões no Norte de Minas Gerais



Fonte: Silva (2014).



**Figura 2** – Mapa de localização da Terra Indígena Xakriabá no Norte de Minas Gerais (2012)



Fonte: Silva (2014).

O território está em sobreposição, conforme figura 2, com municípios vizinhos e Unidades de Conservação, e devido a isso, também é foco de tensão e conflitos políticos administrativos.

Tudo o que ocorre relacionado ao território reflete diretamente na vida dos povos que nele vivem. A luta faz parte do processo para ir em busca dos direitos e ao pesquisar sobre, deve-se aprofundar nessa realidade.

Ao adentrar a complexidade desses territórios, com a Pesquisa Qualitativa-PQ pôde-se revelar que a instrumentaliza-‘ação’ possibilita capturar novas narrativas e significados que contribuem para a compreensão mais assertiva, potencializada e contextualizada das dinâmicas dos conflitos atuais. A pesquisa com cunho qualitativo busca estudar os fenômenos sociais e toma como objeto de análise os fenômenos em determinadas condições, locais, cultura e tempo. Esse modelo de pesquisa trabalha com



o que o modelo quantitativo não consegue expressar, e por isso busca-se entender o contexto em que o objeto de pesquisa se insere.

Os resultados das pesquisas são resultados de um trabalho participativo, no qual a dinâmica entre pesquisador e comunidade é necessária. Quando se trata de pesquisa, há dois tipos, onde um se configura como qualitativa e a outra como quantitativa. Esta pesquisa, em específico, utiliza do método de pesquisa qualitativa que busca recolher e analisar os dados obtidos e busque compreender e aprofundar nas questões do território, em relação ao contexto histórico, cultural e dos conflitos que marcam suas lutas.

Metodologicamente o estudo foi realizado a partir de dois momentos de trabalhos de campo, sendo o primeiro campo em São João das Missões-MG, pela Reunião Ordinária do Conselho Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu em Abril de 2023 e o segundo campo Setembro do mesmo ano em Audiência Pública da “Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais”. Em questão é importante destacar que são duas representações da esfera pública em escala nacional, dialogando com o povo Xakriabá, seus conflitos e demandas diante da perspectiva das políticas públicas do Estado.

O estudo aprofunda-se na revisão literária histórica e geográfica, em especial com identificação de mapas temáticos regionais, principalmente realizados a partir da Nova Cartografia Social. Esses mapas<sup>5</sup> foram realizados em diversos territórios que fazem limite com a Terras Indígena Xakriabá, o que permitiu um estudo aprofundado sobre as dinâmicas territoriais e conhecimento sobre a realidade desse povo e os demais conflitos regionais e locais. Os registros fotográficos, em ambas as reuniões

---

<sup>5</sup>Em trabalhos de campo da pesquisa APQ-02981-21 “Uma Cartografia Social nas Comunidades Limítrofes da Terra Indígena Xakriabá no Norte de Minas Gerais”, foram construídos automapeamentos em comunidades quilombolas que apresentam conflitos fundiários e falta de acesso a água do rio São Francisco, assim como em áreas limítrofes ao Parque Nacional Cavernas do Peruaçu-PARNA e Área de Proteção Ambiental Cavernas Peruaçu-APA. Os resultados desses trabalhos ainda são preliminares diante da complexidade sócio-política das representações espaciais apresentadas, bem como a legalidade de todo o processo que envolve às partes.



possibilitaram observar a organização social e política com as instituições presentes e a capacidade da produção de narrativas diante dos conflitos.

Em práxis busca-se,

[...] reconhecer a pluralidade das Cartografia's e Representaçõ'es' em suas manifestações e expressões, como das: - Linguagens (Ação, Comunicação, Símbolos, Estética, Subjetividades, Memória); - Representações (Corpo e Espaço; Sujeitos); - Categorias Nativas (Regionalismo, História, Territórios e Lugares); e Análises de Discursos (Identidade, Conflito, Situacional, Político, Redes e Coletivos), no norte de Minas Gerais (Silva, 2022, p. 137-138).

No contexto interdisciplinar são apresentadas três *“ações participativas”*, sendo a primeira com o *“reconhecimento do processo histórico”* com abordagem sobre a caminhada Xakriabá até o território atual; a segunda com a *“instrumentalização da espacialidade em territorialidades”* com apresentação de dinâmicas identificadas pela Nova Cartografia Social-NCS e a última com as *“vozes, realidades e experiências vivenciadas”*.

## **Desenvolvimento:**

### **Ações participativas, reconhecendo o processo histórico**

Pode-se compreender parte da história desses povos a partir do período pré-colonial, onde os Xakriabá não tinham um território definido e ocupavam regiões no vale do Tocantins, Goiás e às margens do Rio São Francisco. A história dos Xakriabá é marcada por uma longa e difícil luta pelo direito territorial. A chegada dos colonizadores, liderados por Matias Cardoso, trouxe consigo missionários com a intenção de catequizar e ter o domínio sobre os Xakriabá.

A aparente *“doação”* de uma porção de terra por Januário Cardoso de Almeida revelou-se estratégia para exercer controle sobre a comunidade e evitar a sua dispersão (Silva, 2023). Esses limites territoriais são pré-estabelecidos na *“doação de 1728”* o que prevalece na atual conjuntura como ponto de reconhecimento em profundidade nas análises das territorialidades e dinâmicas espaciais dessa etnia diante do Rio São Francisco.





Contudo, a promulgação da Lei de Terras em 1850 resultou na transferência da propriedade para o governo, o que representou um revés significativo para a autonomia indígena.

Os Xakriabá buscaram registrar suas terras nos cartórios de Ouro Preto<sup>6</sup> e Januária, a fim de concretizarem o reconhecimento e direito de seu território.

O ano de 1920 testemunhou o conflito conhecido como "Curral da Vara" (Santos, 1997), conhecido como "a primeira grande revolução", onde fazendeiros forçaram os indígenas a construírem cercas ao redor de Xakriabá. A revolta resultante, marcada pelo incêndio dessas cercas, resultou em perdas humanas, e pôs em evidência a resistência dos Xakriabá diante das imposições externas.

Embora tenha ocorrido o reconhecimento da terra na década de 1980, não foi o suficiente para ter total conquista e poder sobre a terra, pois sua eficácia foi limitada, e resultou em uma diminuição de 70% da terra original dos Xakriabá. Com essa limitação do território, o povo Xakriabá foram expulsos das margens do rio São Francisco, o que causou impactos tanto na cultura, quanto na economia.

A tragédia de 1987 entoa como um capítulo sombrio na história dos Xakriabá, quando fazendeiros invadiram o território e disputaram limites de terras, o que culminou na morte do líder Rosalino e do cacique Manoel Gomes. Esses eventos ecoam a perpetuação dos conflitos territoriais enfrentados pelas comunidades indígenas ao longo do tempo.

No processo de emancipação em 1995, o município de São João das Missões-MG desmembra-se de Itacarambi-MG, momento em que a divisão do rio fica nos territórios de Manga-MG e Itacarambi-MG, conforme mapa da figura 2. O "arranjo" político administrativo que dominava na época entre as três das duas municipalidades, possibilita essa exclusão do povo Xakriabá do rio São Francisco.

---

<sup>6</sup>Conforme Ribeiro (2005) foi registrado o documento intitulado "Certidão *verbum-adverbum*" em 1856 em Ouro Preto, o mesmo de doação que seria novamente registrado no Cartório de Itacarambi em 05 de junho de 1969.



O rio faz ponte com a cultura, costumes e histórias dos Xakriabá, o nome de sua etnia veio do significado “bons de remo”, termo este referente ao costume que, desde pequenos, tivessem contato com as águas e se desenvolvessem próximo ao rio. Esse fato é ilustrado pela Deputada Federal indígena Célia Xakriabá, em uma entrevista para a *live* no Festival Seres-Rios, declara:

Um dia, enquanto eu estava tomando banho, eu pensei nas pessoas que perguntam por que os Xakriabá não sabem nadar: ‘Como assim não sabem nadar? Vocês não são indígenas, vocês não moram na beira do Rio São Francisco?’. Infelizmente, apenas um terço do território original foi demarcado, longe do São Francisco, então crescemos com a ausência do que nós poderíamos viver no rio, uma ausência que nos afogou (Estillac; Guzanshe, 2023).

Este episódio destaca a complexidade e desafios enfrentados na conquista e manutenção do território, mesmo diante de marcos legais que visam garantir os direitos indígenas.

Para Haesbaert (2004) o conceito de território articula-se com a visão política, econômica, cultural e natural. Em relação à política, o território é considerado quando ocorre a demarcação física das nações e a proteção de suas fronteiras. Por outro lado, as perspectivas econômicas concentram-se aos procedimentos de exclusão provenientes da dominação e apropriação de espaços. As abordagens culturais destacam as relações de poder como elementos-chave na definição dos territórios.

Essas comunidades estão constantemente lutando pelos seus direitos, buscando ativamente a demarcação efetiva de suas terras. Atualmente, estão em processo para conquistar mais uma parte do território, que se encontram na fase administrativa, já com publicação no Diário Oficial do “Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação” em 06 de outubro de 2014.

### **Ações participativas, instrumentalizando a espacialidade em territorialidades**



A Nova Cartografia Social-NCS como pesquisa qualitativa nas áreas limítrofes da Terra Indígena Xakriabá representa uma abordagem fundamental para dar voz às comunidades tradicionais circunvizinhas<sup>7</sup>, sendo elas, veredeiros, ribeirinhos, ilheiros, quilombolas ou geraizeiros.

Ao adotar esses procedimentos metodológicos, busca-se ir além da simples delimitação geográfica, mas também adentrar com mais profundidade na cultura, história e desafios enfrentados pelos Xakriabá em relação à sua terra.

Guerra (2008) elucida essa dicotomia conceitual e epistêmica – “terra/território”- de maneira didática, o que corrobora com a proposta desse contexto interdisciplinar das três ações participativas em questão:

A princípio, podemos inferir que há uma grande diferença entre “território indígena” e Terra Indígena à qual nos referimos constantemente. O primeiro termo condiz com o espaço físico utilizado por um povo, ou necessário para este, para a sua subsistência, para a perpetuação de suas práticas culturais e onde se encontram suas referências ancestrais. Já o segundo define o atual espaço ocupado, demarcado e “concedido” pelo Governo Federal para o seu “uso e gozo”. Não podemos deixar de ressaltar a incompatibilidade entre um e outro termo com relação à maioria das Terras Indígenas no Brasil (Guerra, 2008, p. 109).

De maneira específica, o princípio da legalidade dessa compreensão dicotômica apresenta-se mencionada no artigo constitucional 231<sup>8</sup>, como terras tradicionalmente ocupadas, ainda não reconhecidas pelo Estado em sua plenitude ancestral independente do suposto “Marco Temporal”.

Para além dessa dicotomia, a práxis e empiria em campo é dada por (Silva 2014,

---

<sup>7</sup>Idem nota de rodapé II.

<sup>8</sup> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (Brasil, 1988).



p. 29), “O Estado determina a territorialização através da Terra Indígena (TI)<sup>9</sup>, enquanto o povo quer a terra, onde exercem as suas práticas de territorialidades e multidimensões, configurando-as em Território Indígena.”. Para o debate na perspectiva ancestral Luciano (2006) afirma:

Deste modo, podemos definir terra como o espaço geográfico que compõe o território, onde este é entendido como um espaço do cosmos, mais abrangente e completo. Para os povos indígenas, o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam. No território, uma montanha não é somente uma montanha, ela tem significado e importância cosmológica sagrada. Terra e território para os índios não significam apenas o espaço físico e geográfico, mas sim toda a simbologia cosmológica que carrega como espaço primordial do mundo humano e do mundo dos deuses que povoam a natureza (Luciano, 2006, p. 101-102).

Os mapas surgem como material que reflete as perspectivas e reivindicações das pessoas inseridas naquela realidade, ou seja, a Nova Cartografia Social-NCS envolve diretamente grupos sociais na coleta e interpretação de dados garantindo que as vozes do povo sejam representadas de maneira fiel. Para Santos (1988, p. 143), “Os mapas devem ser fáceis de usar. Daqui resulta uma permanente tensão entre representação e orientação. Trata-se de duas exigências contraditórias e os mapas são sempre compromissos instáveis entre elas”.

Uma das dimensões centrais desse processo é o mapeamento participativo, na qual se tem o envolvimento ativo dos membros neste processo do mapear, o que permite que expressem suas perspectivas, conhecimentos e vivências sobre o território, e contribui para uma representação mais precisa e rica das dimensões culturais, históricas e sociais do espaço, e incorre no automapeamento.

O “*automapeamento*” retrata a perspectiva sobre seu território, constituindo-se da Geografia do povo ou da comunidade, consistente em compreender não só os aspectos em comum quanto aspectos próprios de uma determinada cultura. Como elementos do automapeamento, é possível encontrar aquilo que faz parte da identidade

---

<sup>9</sup> Terra Indígena (TI), também denominado por muitos de reserva, como foi ouvido em trabalho de campo.



do local, seja elementos naturais ou construído pelas mãos dos povos e comunidades tradicionais.

A “*autorrepresentação*” expressada e simbolizada apresenta o conjunto de dinâmicas efetivamente singulares do cotidiano, expressando ações e imagens relativas à vida e suas experiências nas territorialidades.

Simultaneamente, a aplicação da Nova Cartografia Social-NCS proporciona mapear e documentar os conflitos territoriais (a ausência acesso ao limite com o rio São Francisco e seus recursos; limites com Unidade de Conservação-U.C, o Parque Nacional Cavernas Peruaçu-PARNA, e a Área de Proteção Ambiental-APA Peruaçu; a Estrada Parque Peruaçu; sobreposições municipais; conflito de água nas Veredas do Peruaçu e barramento do Rio Itacarambzinho), conforme (Silva, 2014). São as pressões externas e desafios enfrentados pela comunidade, na qual pode incluir invasões de terras, mudanças ambientais e ameaças à preservação de sua cultura.

Em conformidade com essas singularidades espaciais e seus atores locais;

Abordar as teorias inerente às práticas cartográficas e às representações delas derivadas supõe, no momento atual, estabelecer, recortes, pois trata-se de conhecimentos, saberes e fazeres ancestrais que foram modificando no mais diversos lugares do globo ao longo do tempo, de acordo com as demandas dos modos de produção, portanto, com os modos de existir dos sujeitos (Katuta, 2020, p. 483).

O mapa enquanto resultado do automapeamento e autorrepresentação vai além de um documento de orientação de localidades específicas. As localidades desse processo de construção cartográfica estão relacionadas de maneira transversalizadas com as representações que às acompanham. As legendas apresentam simbologias específicas em que o “desenho em si” vá além da representação de seus traços. A concepção de cada um dos objetos e sujeitos são expressões e imagens que apresentam em profundidade leituras do mundo cotidiano vivenciado pelas comunidades.

Diante de tais resultados simbólicos registrados de uma experiência de um conflito pode-se reconhecer “novas categorias geográficas” regionais de representações socioespaciais que emerge no fato e no discurso atual ou que estava latente no processo



histórico de resistência desses atores. São relatadas também nas legendas várias expressões que denominamos de “categorias nativas” (como exemplo, os usos de verbetes próprios dos lugares e territórios, usos linguísticos e representacionais). Desses processos de reinvenções, pode-se afirmar que;

De acordo com Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002), os povos originários e as comunidades tradicionais, para além de existirem, reinventaram e reinventam suas existências há muitos séculos, por isso, mais do que existir; R-Existem. Desolcultar geografias historicamente ocultadas é fundamental para a compreensão do espaço geográfico com sua diversidade, complexidade e pluriethnicidade, e as autcartografias podem auxiliar neste processo (Katuta, 2020, p. 503).

Esse auxílio da autcartografia amplia o processo das inúmeras reproduções geográficas e representações, elucidando assim a amplitude dialética e conceitual do espaço geográfico.

“Mas ainda hoje e segundo múltiplas circunstâncias, os mapas podem ser mais figurativos ou mais abstractos, assentar em sinais emotivos ou expressivos ou, pelo contrário, em sinais referenciais ou cognitivos. Em suma, os mapas podem ser feitos para serem vistos ou serem lidos”, conforme (Santos, 1988, p. 147). É com essa dinâmica entre o fazer, ver e ler mapas que reconhecemos a sua potencialidade didática e política, bem como um significativo instrumento de representações de corpos e afetos.

### **Ações participativas, vozes, realidades e experiência vivenciadas**

As vozes e as experiências vivenciadas aconteceram em dois momentos de trabalhos de campo.

No primeiro trabalho de campo em 13 de Abril de 2023 no turno matutino desenvolveu-se na Câmara de Vereadores de São João das Missões-MG, com pautas sobre projeto, com vistas a contribuir com a conservação da biodiversidade e promoção do bem-estar das populações que residem no Peruaçu e projeto de acessibilidade e a



caracterização do potencial turístico e ações necessárias para implantação do turismo de base comunitária na região do Vale do Rio Carinhanha.

No turno vespertino, ocorreu na Terra Indígena Xakriabá na Aldeia Itapicuru em uma roda de conversa com a presença do cacique Domingos, Pajé Vicente, Marcelino, Belarmino e outros indígenas presentes. A comunidade reuniu-se para narrar sobre as suas histórias e atual situação e visão para o futuro. Foi relatado sobre os principais acontecimentos que marcaram a história dos Xakriabá, dentre eles o conflito “Curral da Vara” e a invasão dos fazendeiros, em que culminou na morte do líder Rosalino e do cacique Manoel Gomes.

O cacique explanou dizendo ser a primeira vez que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio vem à Terra Indígena Xakriabá para conhecer a verdadeira história do território e das territorialidades narradas pelos próprios indígenas. Essa narrativa é apresentada pela “doação”<sup>10</sup> que visava ter um controle sobre eles, para não se espalhar e ficar sob sua submissão. O cacique Domingos relata sobre a carta de doação:

Lá em 1728, Januário Cardoso chegou e delimitou esse território pra o povo Xakriabá, ele demarcou os rios, que é o rio Itacarambi que tá a nossa direita aqui e o rio Peruaçu, tá passando lá no Fabião e o Rio São Francisco. Então esse território, era o território do Xakriabá que tá registrado aqui, é esse o território Xakriabá. Só que aí a partir daí os invasores foram chegando, chegando, chegando e invadiram totalmente esse nosso território novamente e quando a gente começou a lutar novamente pra ter um espaço livre pra o nosso povo aí, a gente enfrentou grandes lutas, grandes massacres, as nossas lideranças assassinadas, o nosso povo exterminado né, pra tentar demarcar uma área dentro do nosso próprio território. E aí falam, às vezes a pessoa, ‘mas meu avô tem cem anos que ele tá aqui, esse documento tem trezentos anos’ que ele foi delimitado, mas a gente já tem mais tempo aqui. Então as pessoas entende que os indígenas invadiram esse território, na verdade eles invadiram o nosso território e quando a gente lutava nos anos sessenta, os nossos antepassados pra demarcar esse território, aí foi a grande luta nos anos setenta. (Domingos, gravação pessoal, 2023).

A vivência experienciada nesse momento de campo torna-se “impar” em relação à apresentação documental com sua leitura e interpretação por parte dos indígenas. A

---

<sup>10</sup> O documento é reconhecido pelo povo Xakriabá com base na descrição da área territorial e não como doação, tendo em vista a presença dessa etnia anterior ao Estado Moderno.



constituição do discurso em “choque” com a realidade diante de três séculos em resistência e apropriação dos saberes ancestrais em defesa do território.

No segundo trabalho de campo, em 5 de setembro de 2023, ocorreu a audiência pública da “Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais”, com objetivo de se discutir e refletir sobre Políticas Públicas para os Povos Indígenas necessárias para o povo Xakriabá, com o tema “Território Xakriabá: Saúde, Educação e Retomada de Direitos dos Povos Indígenas”.

Conforme documento de requerimento nº 57/2023 foram convidados:

1. Representante do Ministério dos Povos Indígenas (MPI);
2. Representante da Secretaria de Saúde Indígenas (SESAI);
3. Representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI);
4. Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ);
5. Representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, vinculada ao Ministério da Educação (SECAD/MEC)
6. Representante da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais;
7. Cacique do Território Indígena Xakriabá, Domingos Nunes Oliveira;
8. Cacique do Território das Aldeias Caraíbas e Várzea Grande – João Batista dos Santos;
9. Representante da Saúde Indígenas Xakriabá
10. Representante da Educação Escolar Indígena Xakriabá (Brasil, 2023).

Essa foi a primeira audiência pública realizada na Terra Indígena Xakriabá pós o momento pandêmico, o que possibilitou a presença de várias instituições governamentais nas esferas federais, estadual e local que estão diretamente relacionadas com a questão e causa indígena.

É importante destacar dois elementos políticos que reforçam a condição de luta e resistência, o primeiro no que tange o acesso ao diálogo com o governo federal não somente com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas-FUNAI<sup>11</sup>, mas com o Ministério dos Povos Indígenas<sup>12</sup>, ali representados.

O segundo, pela organização da demanda como sendo uma ação de representação e requisição parlamentar da Deputada Célia Xakriabá que junto as

---

<sup>11</sup> Presidenta Joenia Wapichana enviou representante da FUNAI.

<sup>12</sup> Ministra Sonia Guajajara enviou representante do Ministério dos Povos Indígenas.





lideranças locais e o povo conduziram e possibilitaram o agenciamento das vozes locais em suas reivindicações.

As vozes manifestadas além do discurso politizante, apresentam-se com o poder simbólico diante da representação quantitativa dos corpos presentes em seus trajes em plumas, pinturas e bordunas entoando “rezas”, cantos em danças, o Toré Xakriabá.

A audiência abordou sobre os direitos dos povos, como a educação e saúde. A retomada dos últimos 10 anos é para ter a demarcação definitiva do território até as margens do Rio São Francisco, o que foi roubado dos povos indígenas Xakriabá pelos invasores.

A demarcação e volta para as margens do rio São Francisco, é a necessidade de pertencimento e sentimento. Segundo Santos (2001)

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (Santos, 2001, p. 47).

A Deputada Federal do Estado de Minas Gerais, representante dos povos indígenas Xakriabá no parlamento, trouxe em sua tese a história do povo e ressaltou a importância do contato com o rio:

A ausência do rio em nosso território tem um impacto direto em nossa cultura, território, alimentação e em nossa própria relação com o rio. Essa negação do direito ao acesso pode ser pensada como a retirada violenta de um filho recém-nascido do núcleo familiar, arrancado dos braços da mãe quando ainda dependente da alimentação do leite materno (Correa, 2018, p. 26).

O território é mais que apenas um conjunto de objetos, é um símbolo (Santos, 2013) em que a comunidade tem uma conexão com o espaço que habitam e afirmação de sua identidade, cultura e história.



A busca do direito pelo território vai além de apenas questões do espaço geográfico. Silva (2014, p. 38) é enfático ao afirmar:

A "ação territorial" é uma constituição histórica sobre o espaço, abordando aspectos próprios da construção do território como a resistência contínua e o seu uso na vivência e ações cotidianas, entre o Estado, as populações tradicionais, movimentos sociais e outras formas de usos.

O trecho enfatiza que o território não é apenas um espaço físico, mas uma construção histórica que abrange ações cotidianas, resistência, e vivências das populações sobre o território. Essas ações territoriais podem envolver interações complexas entre o Estado, populações tradicionais, movimentos sociais e outras formas de uso. Quando o autor fala sobre outras diversas formas de uso do território, quer dizer que reflete diretamente as ações locais, onde a população se organiza em torno do “seu território” como um espaço de vida, e destaca a análise do discurso e suas estratégias como elementos importantes nesse processo. O trecho ressalta a importância de compreender o território não apenas como uma geografia física, mas como uma construção dinâmica que envolve diversas dimensões, incluindo aspectos sociais, culturais e políticos.

Para Célia Xakriabá: “A luta pelo território continua sendo a luta prioritária porque sem território a gente não tem casa. E quem tem lugar para voltar tem colo, tem mãe e tem cura” (A Primeira [...], [2023]) Na fala de Célia, ela menciona que o território é algo mais amplo do que um simples pedaço de terra ou uma demarcação no mapa. Para as comunidades que vivem no Cerrado, a terra possui um maior significado, sendo uma base essencial para o sustento. A relação vai além de uma demarcação geográfica, é uma conexão com o ambiente que os cerca, não sendo apenas um espaço físico, mas uma fonte fundamental para suas vidas e práticas cotidianas.

### **Considerações Finais**

A jornada dos Xakriabá pela preservação de seu território revela uma narrativa marcada por desafios, resistência e a busca constante por reconhecimento. Desde os



primeiros contatos com colonizadores até as tragédias de conflitos territoriais mais recentes, a comunidade enfrentou adversidades persistentes em sua relação com o espaço.

A análise do conceito de território, conforme proposto por Haesbaert (2004), sublinha a complexidade multifacetada dessa relação, visto que aborda aspectos políticos, econômicos, culturais e naturais. O território, longe de ser uma entidade estática, emerge como uma construção dinâmica que incorpora resistência, uso cotidiano e interações complexas entre diferentes agentes.

Sobre as “Ações participativas, reconhecendo o processo histórico”, destacamos duas importantes análises, uma sobre a luta e resistência contínua e a outra sobre o agenciamento dos discursos modernos, diante das necessidades impostas pelas pautas da legalidade. O enfrentamento jurídico do processo histórico possibilita aos indígenas frente ao Estado, ações críticas em defesa de seus territórios.

Sobre as “Ações participativas, instrumentalizando a espacialidade em territorialidades”, a Nova Cartografia Social-NCS reconstitui-se como um instrumento fundamental para a pesquisa qualitativa em contextos indígenas, e especificamente nas terras Xakriabá. O ator\sujeito da ação, o indígena, é a representação máxima na análise do seu território, do seu lugar e da constituição histórica espacializada no seu cotidiano, bem como seus vizinhos de populações tradicionais. Ao possibilitar o mapeamento participativo, a expressão da identidade cultural e os conflitos territoriais transcendem o mero pragmatismo e tradicionalismo da Cartografia. Torna-se uma plataforma que dá voz às comunidades, e permite uma narrativa autêntica e enraizada na perspectiva local.

A Nova Cartografia Social-NCS não apenas fornece uma representação precisa do território, mas também se revela como um instrumento de empoderamento. Ela destaca a relevância de uma abordagem participativa e culturalmente sensível na pesquisa, já que reconhece a importância das nuances culturais, históricas e sociais na compreensão profunda das relações entre as comunidades indígenas e seu ambiente. Reafirma-se a relação entre o “*automapeamento*” e a “*autorrepresentação*”.



Por entre as “novas categorias geográficas” e as “categorias nativas” podemos constituir uma epistemologia reconhecida em bases territoriais, tendo dialeticamente valorização do discurso da realidade além da perspectiva simbólica.

A Nova Cartografia Social-NCS, ao ser aplicada como procedimentos de pesquisa qualitativa nas terras indígenas e áreas vizinhas, não apenas enriquece a compreensão acadêmica, mas também fortalece a voz das comunidades. Torna-se um elo vital na construção de pontes interculturais, na preservação da identidade e na defesa efetiva dos direitos territoriais. Esses territórios costumam realizar recortes espaciais de atividades como caça, pesca, coleta e tudo que diz respeito a cultura e modo de vida são mapeados, visto que mostram essas atividades como essenciais e parte do cotidiano indígena.

E sobre as “Ações participativas, vozes, realidades e experiência vivenciadas” enfatizamos os significados e significantes dos discursos que envolvem o contexto da causa em defesa dos povos indígenas como um todo. A fala do protagonismo indígena é deslocada para uma amplitude filosófica quando abarca a sobrevivência planetária.

Esses procedimentos metodológicos não apenas mapeiam o território, são resultados em testemunho de histórias, resistência e aspirações das comunidades indígenas, visto que contribui para uma pesquisa mais autêntica e inclusiva.

Na perspectiva do pesquisador, no qual o conhecimento a princípio baseia-se no estudo e análise bibliográfica para só então ir a campo para compreender melhor essa realidade, a sensibilidade e percepção são trabalhadas. Ao trabalhar em colaboração com as comunidades, o pesquisador tem a oportunidade de aprimorar o conhecimento que integra conhecimento científico e tradicional.

## Referências

A PRIMEIRA fronteira agrícola. *Rede Cerrado*, Brasília, DF, [2023]. Disponível em: <https://redecerrado.org.br/historiasdocerrado/home/minas-gerais/>. Acesso em: 16 dez. 2023.

ACSELRAD, H. (org.). *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPPUR; UFRJ, 2010.



ALMEIDA, A. W. B. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S.IS.]: Anpur, v.6, n.1, p.9-32, 2004. Doi: <https://doi.org/10.22296/2317-1529>. 2004v6n1p9.

ALMEIDA, A. W. B. *Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras*. Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, v. 11, n. 1, p. 1-24, 2013.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, C. R.; STREK, D. R. (org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. 2. ed. Aparecida: Ideias Et Letras, 2006. p. 21-54.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e tradicionais. *Requerimento n. 57, de 2023*. Requer realização de audiência pública externa para tratar da situação do povo indígena Xakriabá. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2306863](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2306863). Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 set. 2024.

CORREA, C. N. O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. *Revista Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais*, Montes Claros, v. 10, n. 1, p. 23-42, 2018. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/xat00003.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

ESTILLAC, B.; GUZANSHE, A. 'A ausência do rio nos afogou', diz líder da etnia expulsa do São Francisco. *Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 3 out. 2023. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/10/03/interna\\_gerais,1570652/a-ausencia-do-rio-nos-afogou-diz-lider-da-etnia-expulsa-do-sao-francisco.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/10/03/interna_gerais,1570652/a-ausencia-do-rio-nos-afogou-diz-lider-da-etnia-expulsa-do-sao-francisco.shtml). Acesso em: 13 jun. 2024.

GUERRA, E. F. *Organização política e segurança alimentar na sociedade Krahô*. Uberlândia: EDUFU, 2008.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



KATUTA, Â. M. Teorias da cartografia e da representação. In: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. dos S. *Teorias na geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. p. 483-517.

LUCIANO, G. dos S. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, 2006. (Educação Para Todos, 12).

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

PESSÔA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. *GEO UERJ*, Rio de Janeiro, ano 14, v. 1, n. 23, p. 4-18, ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2012.3682>.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (Ed.). *Los desafíos de las emancipaciones em un contexto militarizado*. Buenos Aires: Clacso, 2006. P. 151-197. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D2818.dir/cecena42.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

RIBEIRO, A. C. T.; BARRETO, A. R. S.; LOURENÇO, A.; COSTA, L. M. C.; AMARAL, L. C. P. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos Ippur*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 33-52, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/281/91>. Acesso em: 29 set. 2024.

RIBEIRO, L. H. L.; SILVA, C. A. da. Cartografia da ação social e luta pelo uso do território no Brasil: contribuições à reflexão do método a partir da rede fitovida no Rio de Janeiro. *Revista GEOUSP*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 485-508, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.187100.pt>.

RIBEIRO, R. F. *Florestas nas do Sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. v. 1.

SANTOS, A. F. M. *Do terreno dos caboclos do Sr. João à terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo: um estudo sobre a construção social de fronteiras*. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1997. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/45660>. Acesso em:

SANTOS, B. de S. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna do direito. *Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 24, mar. 1988. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura1e.html>. Acesso em: 23 ago. 2024.



SANTOS, M. *O espaço da cidadania e outras reflexões*. 2. ed. Brasília, DF: Fundação Ulysses Guimarães, 2013.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, C. A. da. Cartografia da ação social: reflexão e criatividade no contato da escola com a cidade. *Tamoios*, Taubaté, v. 8, n. 1, p. 25-39, 2012. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2012.3792>.

SILVA, C. A. da. Cartografias e suas representações: povos e comunidades tradicionais no norte de Minas Gerais-Brasil. In: FERREIRA, G. H. C.; COSTA, L. R. F. (org.). *A geografia do norte de Minas Gerais: reflexões e proposições*. São Paulo: Entremares, 2022. p. 137-164.

SILVA, C. A. da. *A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15996>. Acesso em: 16 dez. 2023.

SILVA, C. A. da; SIMÕES, E. M. M.; SANTOS, V. F. dos. Experiências de trabalho de campo na terra indígena Xakriabá: histórias vivenciadas nas oralidades e representações da carta de “doação” de 1728, espacialidades e direitos. In: *ENANPEGE – ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA*, 15., 2023, Campina Grande. *Anais [...]*. Campina Grande: do XV; Campina Grande: Realize Editora, 2023. p. 1-17. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94474>. Acesso em: 16 dez 2023.

**Recebido em: 30/08/2024**

**Aceito em: 10/10/2024**